

## ENTREVISTA COM RAFAEL RUIZ GONZALEZ

### INTERVIEW WITH RAFAEL RUIZ GONZALEZ

**R**afael Ruiz Gonzalez é graduado em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Direito Internacional e Doutor em História Social pela mesma Universidade. Atualmente é professor adjunto de História da América da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Em entrevista, gentilmente concedida a Mariana Kusano<sup>1</sup>, em evento de lançamento desta revista, promovido pelo Núcleo de Pesquisa em Mística e Santidade (NEMES), o professor nos fala da relação do catolicismo com a modernidade e levanta alguns pontos interessantes para reflexão: a Reforma como início do estranhamento entre Modernidade e Catolicismo; a separação entre Igreja e Estado, e os desdobramentos dessa separação.

Rafael Ruiz Gonzalez has graduated in Law at Universidade de São Paulo (USP), having attained his Master's degree in International Law and his PhD in Social History at the same university. Presently, he is an adjunct professor of History of America at Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). In this interview, kindly conceded to Mariana Kusano<sup>2</sup>, at the event in which this very magazine was launched - promoted by the Núcleo de Estudos em Mística e Santidade (NEMES) -, Rafael Ruiz Gonzalez speaks on the relations between Christianity and modernity, raising some of the most interesting points for the good of our reflection: the Reform as the beginning of the estranging between Catholicism and modernity, the progressive secularizing process of separation between the Church and the State, as well as the unfolding of this separation.

*Agnes: Na sua opinião, quando começa o estranhamento entre o catolicismo e a modernidade?*

**Rafael Ruiz:** Um momento de estranhamento que me parece importante é na hora em que, de fato, acontece a Reforma. E, o que me parece significativo nesse momento concreto da Reforma é o estabelecimento de uma distinção entre o conceito de vocação, do ponto de vista protestante e do ponto de vista católico. Mas essa é uma discussão da qual nem todos os autores participam. Charles Taylor, um filósofo canadense, entra nessa discussão e reflete sobre o multiculturalismo e pluriculturalismo, no seu livro *As Fontes do Self*, e é ele quem estabelece essa distinção: que a vocação na Reforma Protestante

<sup>1</sup> Mariana Kusano é mestranda no Programa de Pós- Graduação em Ciências da Religião – PUC-SP e membro do Núcleo de Pesquisa em Mística e Santidade (NEMES).

<sup>2</sup> Mariana Kusano is on the process IF obtaining her master's degree in Religion Sciencies Post-graduation Program, at Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP).

tanto para Lutero quanto para Calvino passa a ser uma chamada de Deus na vida ordinária. Ou seja, a partir daquele momento o homem pode se encontrar com Deus nas coisas mais banais, na própria vida ordinária, no trabalho que ele realiza, nas relações sociais que ele estabelece, enquanto a vocação do ponto de vista católico, naquele momento, continua sendo algo restrito aos padres, aos frades, em geral ao mundo religioso. E uso o termo “religioso” aqui no seu sentido exato: a oposição entre religioso e secular. Assim, evidentemente a modernidade vai trazer essa discussão sobre a realidade do trabalho e a resposta que a Igreja Católica vai dar naquele momento será por meio da Companhia de Jesus que, por exemplo, vai tentar uma ligação com a vida civil, mas sempre a partir de uma esfera religiosa, sempre a partir de uma esfera vocacionalmente religiosa. Parece-me que é por isso que vai se criar um clericalismo muito forte na América Latina. Um exemplo: em geral, aqui a gente se queixa ao Bispo. Estranho isso, mas o termo continua. Bom, acho que daqui a pouco desaparecerá, mas por enquanto você encontra o termo como de uso corrente. Sempre me chamou atenção o uso desse termo. De certa forma, isso marca uma forma estranha de ver a realidade da vida, uma forma estranha de viver a existência humana. Pelo menos estranha para aqueles que são como nós, pois diante das minhas preocupações profissionais, econômicas, sociais, familiares, qual o motivo que me levaria a me queixar ao Bispo?

Outro exemplo, assim como a Companhia de Jesus, foram os oratorianos, a Ordem do Oratório, muito estudada pelo Cardeal Newman no século XIX para o XX e que também tem uma marca profunda de algo religioso: uma tentativa de conciliar um afastamento do mundo com uma inserção no mundo. Acho que naquele primeiro momento, os protestantes deram uma resposta mais específica com relação à questão da vocação, tanto que tem bispos anglicanos no século XVII que diziam que Deus gosta dos advérbios, ou seja, o que importa não é fazer as coisas, mas fazer bem, e seria isso que nos colocaria em contato com a divindade. Tem um poeta espanhol que gosto muito, Antonio Machado que diz: “Despacito y buena letra, que el hacer lãs cosas bien, importa más que el hacerlas”. Isso é significativo e acho que tem a ver com esse estranhamento. Logicamente, haverá um segundo momento, que será toda a discussão da separação entre a Igreja e o Estado. No entanto, essa discussão só será possível porque houve esse primeiro momento de estranhamento que colocou a difícil relação entre a divindade e a mundaneidade, que não deixa de ser uma relação difícil.

*Agnes: Uma das conquistas da Modernidade foi a separação entre a Igreja e o Estado. Isso pode ter sido benéfico para a sociedade, contudo parece que a Igreja tem relutado muito, e ainda reluta, para aceitá-lo. Como o senhor vê essa questão?*

**Rafael Ruiz:** De fato, acho que essa é a questão crucial. Seria um segundo momento de estranhamento que ainda não está resolvido, até porque não só a Igreja reluta, mas também o Estado. Ainda hoje há toda uma discussão de se alguém que tem fé, seja católico, protestante, judeu... pode ou não pode opinar na vida pública. Essa é uma história muito longa. Parece-me que é uma história do tipo amor e ódio, bem como essas relações em que somos muito amigos e, de repente, ficamos muito inimigos. Coisas estranhas do ser humano, mas que são assim. E baseada sempre em mal entendidos, de parte a parte. Então, se nós pegarmos o momento em que começa não a separação, mas a união, é um momento em que a Igreja também começa sendo marginalizada. A Igreja Católica está dentro de uma estrutura imperial, mas à margem, em concorrência com religiões politeístas. No entanto, curiosamente, o mesmo Estado que a persegue, depois a reconhece, e se dedica a perseguir as outras religiões. Não deixa de ser uma coisa curiosa. Portanto, é como se houvesse assim uma relação já desde o começo de amor e ódio. Amor e ódio em momentos diferentes. Há um momento importante que é quando os bárbaros invadem o Império romano, quando Alarico invade Roma em 410 d.C. É um momento marcante pelo seguinte: Roma – Estado, Império – vai dizer que a causa de sua queda é precisamente um erro do próprio Estado em ter apoiado o catolicismo. A explicação que o Estado dá ao fato – e essa frase é importante – é: nós cometemos um erro histórico, não deveríamos ter apoiado o catolicismo, Roma não deveria ter largado a sua tradição. Para essa explicação, Santo Agostinho deu uma outra explicação, que é a sua famosa obra “A Cidade de Deus”. Santo Agostinho estabeleceu um dualismo que é bem conhecido e que no fundo fala que é como se a sociedade e o homem estivessem fragmentados, divididos, como se fossem dois. Uma parte terrena, que cabe ao Império guardar e que consiste em paz e segurança e, uma parte espiritual, que é Reino de Deus e que consiste na salvação dos homens. O interessante é que a partir daí, as interpretações de Santo Agostinho são múltiplas. As mais recentes são do Cardeal Ratzinger, quando escreve *A Vida de Jesus*, falando como Joseph Ratzinger e não como Papa. Tem um capítulo neste livro que aborda o tema do Reino de Deus de Santo Agostinho.

Também não vou entrar nessa discussão para não me estender. Etienne Gilson tem um livro sobre *A Cidade de Deus* onde ele explica as diferentes tradições, as diferentes interpretações sobre essa questão de Santo Agostinho. O que me interessa aqui marcar – e para tanto vou citar um personagem importante da minha terra que é Isidoro de Sevilha – é o seguinte: o Estado tem que garantir que a Igreja realize o seu papel, e o Estado é obrigado a garantir o Bem e a Verdade. Isso está dentro de uma discussão com os donatistas. Os donatistas constituem uma heresia da época de Santo Agostinho, mais ou menos similar aos cátaros, que afirmavam que era preciso, para ministrar os sacramentos, ser puro, ser santo. O fato é que, na época de Santo Agostinho, os donatistas e os católicos têm uma briga enorme. Santo Agostinho chega, ao fim da briga com os donatistas, a dizer que é preciso o uso da força para realizar o bem ou para conduzir as pessoas ao bem. Essa me parece que é a questão mais importante no meio de toda a briga entre Igreja e Estado desde o século V ou VI até o século XXI, porque é uma interpretação específica de um texto evangélico que é o *compelle intrare*, que está em uma das parábolas de Cristo. Cristo conta a parábola do Rei que faz um banquete de Bodas, uma espécie de coquetel, e mesmo o coquetel sendo muito bom, muitos não querem entrar. Então, o Rei diz para seus criados irem às ruas para obrigar as pessoas a entrar. Isso vai ser, por exemplo, uma das justificativas pelas quais os espanhóis, quando colonizaram a América, usaram a força. Os portugueses também. Há uma grande discussão entre Anchieta e Nóbrega, na qual no final Anchieta chega dizendo que não tem jeito, que é preciso forçar as pessoas para que sigam em direção ao bem. Penso que sempre que se discute a relação entre Igreja e Estado, esse ponto é pouco analisado, mas do meu ponto de vista é o mais interessante e o que mais gosto. Pode-se ou não, afinal de contas, forçar alguém a fazer o bem? Não estou entrando na discussão do que determina o bem e a verdade, que é outra discussão logicamente atrelada a esta. Mas, em termos de Igreja Católica, se a Igreja Católica é depositária da verdade, então o Estado, dentro de uma República cristã que vai ser construída na Idade Média, tem obrigação de forçar as pessoas para o bem. Essa é a interpretação mais coerente na Idade Média. No entanto, haverá um momento de ruptura com relação a tudo isso que ocorrerá na Reforma. Acontece na Reforma e acontece no surgimento dos Estados Nacionais e da pretensão do Estado de ter a soberania sobre o seu território. Essa questão, especificamente, está muito bem tratada num livro que está traduzido, de um italiano, professor de história moderna, que é Paolo Prodi, irmão do Prodi que foi o Primeiro Ministro da Itália. Paolo Prodi

tem um livro chamado a *Uma História da Justiça* que é um pouco pesado mesmo porque todas as referências são em Latim e Alemão (80% das referências), mas é um trabalho de fôlego, onde discute, precisamente, em que medida a pretensão de verdade da Igreja Católica e a pretensão de soberania do Estado entram em choque e se resolvem – embora não se resolvam tal como ele mesmo diz, e eu concordo com ele – na Paz de Westfália, por volta de 1670. A famosa expressão *Cuius regio eius religio*, ou seja, diante da fratura, da quebra provocada pela Reforma Protestante dentro da República Cristã, que seria toda a Europa, como é que fica agora? O Rei é católico, o reino é católico. O Rei é protestante, o reino é protestante. Isso vai ser uma composição e não uma solução do problema, pelo menos do meu ponto de vista e também do ponto de vista do Prodi. Essa composição funcionou até a Revolução Francesa, ou seja, uma maneira de evitar os conflitos religiosos no seio do Estado. Foi a unificação religiosa dentro de um Estado. Mas isso é totalitarismo. Isso é confessionalismo, que fazia sentido no século xvii, mas que não faz mais no século xxi. E que o liberalismo vai explodir no século xviii para o xix, porque logicamente o liberalismo carrega uma força enorme de liberdades já modernas, especificamente liberdade de consciência e liberdade de religião, dentro de qualquer estado, seja dentro de um estado católico ou protestante. Leandro Karnal, num livro sobre a Independência ou a Criação da Nação dos Estados Unidos, fala do conflito que será provocado em Massachusetts por causa do excessivo puritanismo, que não admite diversidade de opinião. Haverá uma quebra, uma desunião e, posteriormente, virão os Quakers, que vão introduzir uma liberdade já mais burguesa, mais moderna. O fato é o seguinte, todos os Papas de 1878 a 1958, portanto quase um século, condenam a liberdade religiosa e a liberdade de consciência. Esse é um dado interessante. O que está acontecendo? Do meu ponto de vista, a Igreja Católica nesse período, século xix para a metade do século xx, ainda não percebeu que a Paz de Westfália acabou, que o consenso de Westfália acabou, e que o Estado já não é mais o mesmo do século xvii. Não se pode exigir do Estado que obrigue as pessoas a aderir ao bem. O Vaticano vai ter que dar uma resposta a um esbranqueamento profundo, fundamentalmente para os católicos. Ou seja, num mundo que já mudou, num estado que já passou pela Revolução Industrial, que passou pela burguesia, pelo triunfo do liberalismo e que se autodefine como Estado liberal, defensor das liberdades individuais e, especificamente, da liberdade de consciência e da liberdade religiosa, como é que fica aquele velho tratado do século xvii de que neste Estado, se o Rei é católico, todos são católicos? Tinha

que se dar uma resposta e essa demorou, isto é, do meu ponto de vista, demorou. No entanto, me parece que do ponto de vista de que há uma Providência, em que as coisas têm o seu tempo e, portanto, as respostas têm o seu tempo, se possa pensar que a resposta chegou no seu devido tempo. A resposta final foi dada, então, no Vaticano, especificamente com a *Dignitatis Humanae*, sobre a dignidade humana, onde haverá um capítulo que irá discutir exatamente essas duas liberdades: a liberdade de consciência e a liberdade religiosa.

**Agnes:** *A pretensão de verdade da Igreja católica não estaria em choque com o pluralismo vigente na sociedade atual? Ou, falando de outra forma, o senhor acha que é possível que a doutrina católica sobre a verdade tenha um espaço no estado moderno, liberal e pluralista?*

**Rafael Ruiz:** Eu acho que essa questão ainda precisa ser respondida e me parece que a resposta não está nada fácil de ser encontrada. Eu tenho a impressão de que o Vaticano já o fez e o Estado Moderno ainda não, ou seja, quero dizer o seguinte, há um momento de quebra entre Igreja e Modernidade que em geral é determinada no âmbito da Reforma. Como eu havia dito, a resposta católica foi uma tentativa de conciliação entre um âmbito religioso e um âmbito mundano, e a Companhia de Jesus foi, simbolicamente, o exemplo mais claro, de resposta. São os religiosos padres – fiz uma tese sobre isso – que ficaram discutindo durante anos, quase séculos, se eles podiam ou não se envolver em atividades seculares. Isso começa no século XVI e a América Latina vai ser o grande âmbito de experiência do secular. A Teologia da Libertação vai ser produto disso, e ainda me parece que dentro da Companhia de Jesus não se resolveu essa questão. Esse é um primeiro momento. O segundo momento é o Estado Moderno que apresenta para a Igreja uma questão: dentro de um Estado há ou não há liberdade de consciência? Há ou não há liberdade de religião? A primeira resposta da Igreja Católica é: não. Por quê? Porque está respondendo no século XVIII e XIX, mas está atrelada a uma visão do século XVII. Todavia, o Vaticano deu uma resposta agora, quero dizer, agora, há 50 anos atrás, mas o Estado não passou pelo mesmo processo de questionamento que passou a Igreja. Por isso que o Estado Moderno ainda está numa discussão de se uma menina de religião islâmica, muçulmana, pode ou não pode ir com véu na escola. Parece-me que os franceses ainda estão no século XVIII quando pensam dessa forma. Quer dizer, o conceito Estado Laico, é um conceito

datado da Revolução Francesa. O contexto já não é mais o mesmo. Naquele momento histórico fazia sentido, neste momento não faz mais. As relações mudaram, os hábitos religiosos mudaram e a situação já não é mais a mesma. Mas o Estado ainda está com um discurso daquele momento. O que vai dizer o Vaticano? Eu vou resumir dentro dessa lógica que estou estabelecendo, desse fio que estou traçando. O Vaticano não vai falar mais da mesma forma que a Igreja falava naquele momento. O que o Vaticano vai dizer é: todo homem tem direito a dar um culto a Deus e o Estado tem o dever de facilitar esse culto. Diz isso de outra forma, mas será essa a doutrina estabelecida pelo Vaticano. Por outro lado, o terceiro item que me parece importante, que atualmente está em discussão, é que a Igreja tem o dever de formar as pessoas dentro da doutrina da Igreja e que são os fiéis, que devem agir dentro das estruturas temporais, das instituições, das relações econômicas, sociais, políticas, etc. Não se fala mais da obrigação do Estado em fazer com que as pessoas se dirijam para o bem e para a verdade. Isso que era um resultado de consenso da Paz de Westfália, simplesmente desaparece. Por quê? Porque simplesmente não faz sentido, por causa das circunstâncias históricas. Dá uma impressão de que a Igreja faz uma trajetória histórica na qual ela vai reconhecendo o seu próprio papel, ou seja, é necessário muito tempo – atualmente são dois mil anos – para que a Igreja saiba o que é ser Igreja. Uma coisa é que a Igreja saiba que está fundada por Cristo, outra coisa é que a Igreja saiba o que isso significa. Então, o que isso significa, vai sendo percebido historicamente. Aqui faço um parêntese: normalmente se atrela a idéia de infalibilidade à idéia de que a Igreja sabe de tudo e de todos. E não é bem assim. A infalibilidade é um aspecto muito concreto, muito específico, sobre uma área do conhecimento que é aquilo que está acima do natural. A Igreja define que Deus é uno e trino. Até aí, dá a impressão de que racionalmente é difícil chegar a essa afirmação, ou ela é revelada ou não tem como chegar. A Igreja define que Nossa Senhora está no céu em corpo e alma. Ou a gente vai lá e depois volta, e verifica experimentalmente, coisa que está difícil ultimamente porque ainda não conseguimos a ida e a volta. Ou então, se aceita. Por isso que é um dogma e por isso que há infalibilidade com relação a esse aspecto. Agora, com relação ao aspecto de quem é a Igreja – não vou entrar nisso agora, mas quero traçar algumas linhas –, o que vemos é que, historicamente, para a Igreja até o Vaticano Segundo, a resposta era: a Igreja é, principalmente, os padres e religiosos e secundariamente os leigos. O Vaticano Segundo já não fala mais dessa forma.

Conclusão: demorou dois mil anos para a Igreja saber o que é Igreja. É duro isso, mas parece que o ser humano demora muito tempo para tomar consciência das coisas. Demoramos vinte e cinco séculos para saber que a escravidão é um mal e que você não pode escravizar ninguém muito menos pelo fato de ter uma cor diferente. Mas demorou vinte e cinco séculos para chegar a essa conclusão que, em princípio, parece óbvia. Então, parece que o Vaticano dá uma resposta no meio do século xx. Há uma crise, um estranhamento entre Igreja e Modernidade e esse estranhamento seria resolvido da seguinte forma – pelo menos conforme o Vaticano: a Igreja Católica é depositária da verdade. Esta continua sendo a afirmação da Igreja Católica, mesmo diante do que aconteceu com a imprensa que se escandalizou com o Papa que continua dizendo isso. Mas se o Papa não disser isso não será Papa. Alguma coisa acontecerá de errado a partir desse momento. Em minha opinião, todas as religiões se autodefinem como verdadeiras. Se afinal de contas eu acredito que é verdade, então é por isso que eu sigo, se eu não acredito que seja verdade e por isso eu sigo, alguma coisa está estranha, não é? Talvez eu siga por outros motivos, também pode acontecer. Eu sigo por motivos sociais, históricos, tradicionais, culturais. Mas, em princípio, os muçulmanos também acham que a religião muçulmana é a verdadeira. A Igreja não diz mais que o homem não tem liberdade de consciência, pelo contrário, o que a Igreja diz é que faz parte dos direitos da pessoa, a liberdade de consciência, e o homem está obrigado, não a seguir a religião católica, mas a encontrar a verdade. Acontece o seguinte, a verdade, que é uma palavra cheia de conteúdos semânticos, a verdade é Cristo. A verdade não é uma expressão, a verdade é uma pessoa para a Igreja Católica. Cristo se autodefine como verdade e a Igreja Católica sabe disso e o Ratzinger sabe disso. Ratzinger quando fala sobre a verdade fala que ela é uma pessoa. É que nós estamos cheios de racionalismos e pensamos que a verdade é uma expressão ou uma frase. E nesse sentido, a verdade é radical, ou é Cristo ou não é. E se for Cristo, então é uma pessoa que se autodefine como Deus. Isso exige radicalidade. Se for mesmo e se reconhece dessa forma, se segue ou se nega. Difícil a opção intermediária. Então, o problema é: o Estado não passou por essa fase, o Estado Moderno pelo que vejo, França, Espanha, Brasil, ainda estão numa discussão Westfaliana.

*Agnes: Pode-se falar de uma mudança de orientação na doutrina católica, principalmente com os dois últimos Papas, com relação à questão da Modernidade?*

*Agnes, São Paulo, (8), 9-20, 1.sem., 2008*

**Rafael Ruiz:** Nos dois ou três últimos Papas, sem dúvida nenhuma. Tanto João Paulo II como Bento XVI trazem uma interpretação do Vaticano. Historicamente, todo Concílio é traumático porque muitas interpretações são enfrentadas. Na história dos Concílios, pode-se dizer que todos foram polêmicos e traumáticos e o pós-Concílio é como o pós-operatório: doloroso e demorado. Agora, o interessante é que temos uma perspectiva histórica, pois quase todos nós aqui vivemos o Vaticano Segundo. Esses dois Papas, entre as várias coisas que fizeram, uma delas foi a interpretação do Vaticano Segundo. Isso é coisa de jurista: você estabelece um código, uma lei, e depois tem que dar a interpretação dela, porque, logicamente, todo texto é polissêmico, todo texto pode ser interpretado de muitas formas. Sempre chega o momento em que se dá “A Interpretação”: isto aqui se interpreta desta forma e não daquela. O fato de ter passado tanto tempo acho que foi uma coisa benéfica. O fato de ter passado quase 50 anos para que tenha surgido, por exemplo, o catecismo ou a Encíclica de João Paulo II sobre a preocupação pela situação social, é significativo. Quer dizer, ele está fazendo referência a uma mudança, a uma tomada de consciência que se dá no Vaticano Segundo, que depois vai ser interpretada de múltiplas formas, para depois se chegar a uma determinada interpretação. Nesse sentido me parece que, de fato, os dois Papas seguem um pouco essa linha, ou seja, a Igreja é todo o povo de Deus, todos os fiéis católicos. Seria preciso matizar muito mais a frase que vou dizer agora, mas acho que facilmente se entende: os padres têm uma função definida que não é nem maior nem melhor do que os leigos, quer dizer, não existe Igreja sem leigos, nem existe uma subordinação necessária dos leigos para os padres em certas matérias, sendo essas matérias especificamente dos leigos. A pergunta é: o que seriam essas matérias? Aquelas que a modernidade instaurou e que são os campos das relações de trabalho, das relações políticas e das relações sociais. Em toda essa área – e isso vai ser uma constante, de João Paulo II e do Bento XVI –, a Igreja forma a consciência dos fiéis e os fiéis agem com consciência. Nesse sentido, essa parece ser uma resposta que a Igreja Católica dá à Modernidade. Entretanto, essa resposta está sendo contestada pelo Estado, porque, volto a dizer, em parte o Estado não sofreu o mesmo processo que a Igreja sofreu. O Estado Moderno ainda vai ter que dar uma resposta para isso. Aliás, a Modernidade não soube lidar com o problema religioso. A Modernidade ficou discutindo estruturas; a estrutura chamada Estado e a estrutura chamada Igreja precisam estar separadas. Mas, o fenômeno religioso não se separa,

como não se separa nada no homem. Eu não estou aqui apenas por uma questão acadêmica. Existe uma relação de afeto que não se separa em mim, e o que eu falo não é apenas acadêmico, ou não é apenas espiritual. Ou quando eu falo, eu não deixo de ser aquele que sou. Fora a brincadeira, o Estado exige que eu fique neurótico. O Estado exige que eu deixe de ser quem eu sou para ter uma atuação pública, coisa que antes era a Igreja que fazia. Engraçado isso. Acho que são os desentendimentos de parte a parte.

*Agnes: Como o senhor vê a pretensão do estado de que os católicos, e em geral aqueles que professam uma fé determinada, não deveriam opinar em questões que entram em choque (aborto, células-tronco etc.) precisamente para respeitar a separação entre a Igreja e o Estado?*

**Rafael Ruiz:** Essa me parece ser outra questão crucial, pelos menos penso que será nos próximos quarenta anos. A não ser que apareça um francês, que tenha uma sacada genial e faça os franceses pensarem um pouco diferente, porque, infelizmente, do meu ponto de vista, a intelectualidade brasileira olha sempre para a França. Acho que é uma tristeza, mas... No meio de tudo isso, parece que há uma pretensão de verdade por parte do Estado que é ilegítima, da mesma forma que antes havia essa pretensão de verdade dentro da Igreja. Porque quando o Estado diz que alguém que tem fé, independentemente da fé que tenha, tanto faz a fé católica, protestante, budista ou judaica, não pode opinar em certas questões, porque são questões consideradas como científicas ou como questões de saúde pública, está sendo intolerante. Ou seja, o Estado pretende que nas questões que ele auto-define como científicas ou de âmbito público, alguém que tenha fé não opine, ou se opinar não opine de acordo com a sua fé, essa é uma pretensão ilegítima e me parece que está completamente fora de lugar. Poderia responder de muitas formas, por exemplo, existe um número enorme de cientistas profundamente religiosos, com uma fé profunda, e que não deixaram de ser cientistas e nem de ser católicos ou protestantes. Newton, Leibniz, Pascal, Pasteur, Galileu, Copérnico são exemplos de pensadores, cientistas que uniam a fé e o conhecimento científico. O fato de ter fé não significa que você vá falar necessariamente em oposição à ciência, até porque isso precisa ser demonstrado. Eu posso ter fé, ser um enorme de um cientista, e não existir nenhuma contradição entre o que eu penso e o que eu acredito. Vou tentar dizer de uma outra forma. O Estado pretende criar uma falsa imagem do homem de fé, e essa imagem é a de um sujeito típico do século

xix. Quando o Estado fala que o homem que tem fé não pode participar na vida pública, ele está pensando num católico, num protestante ou num judeu praticamente do século xviii, xix. Eu não quero dizer com isso que o homem do século xx tenha uma forma de pensar científica e uma forma de pensar religiosa. Pelo contrário, estou querendo dizer que o homem do século xx, xxi, o homem de fé, não encontra conflito ou contradição. Quer dizer, eu tenho muitos alunos que me perguntam: mas o senhor é professor de História? Sou. E o senhor é católico? Sou. E o senhor acredita? Acredito. E como é que consegue? Ou seja, qual é a armadilha que faz o Estado? A troco de que uma pessoa que não tem fé enxerga mais que uma pessoa que tem fé? Isto é uma hipótese que precisa ser comprovada e que em princípio não será comprovada. Bom, então eu sou parcial? Evidente que sim, mas o sujeito que não tem fé também é. Infelizmente é da condição humana a parcialidade. Todos nós só podemos falar a partir de um ponto de vista. O meu ponto de vista não é aquele da Igreja Católica, o meu ponto de vista é do Rafael que é católico. É diferente isso, e se as pessoas não percebem, é porque ainda não passaram pelo mesmo processo pelo qual passou a Igreja. Porque ainda estão atrelados a uma visão típica da Revolução Francesa que, com sua pretensão laica, por questões circunstanciais daquela época, foi extremamente hostil à fé. Não só à fé católica, mas também a qualquer tipo de fé. Todavia, não precisa haver hostilidade, isso já acabou. Só que, quando falamos em Estado Laico, me dá um certo arrepio e tristeza, porque usamos um termo datado, com um conteúdo semântico específico, querendo colocá-lo numa realidade em que já não faz mais nenhum sentido. Quando a França estabelece que uma menina de 8 anos não pode ir à escola com um véu islâmico, porque isso é um atentado aos valores republicanos, eu não sei se é para chorar ou rir. Isso me parece simplesmente ridículo. Os valores republicanos não ficam afetados porque uma menina usa um véu. Ou se o rapaz leva um crucifixo ou uma estrela de David. Qual o problema? Essa é uma discussão completamente fora de lugar. É uma discussão que, não sei se é auto-explicativa, mas não faz mais sentido. Quando alguém diz: mas isto me ofende. Bom, em termos de estado democrático, um crucifixo, por exemplo, pode ofender alguém, mas para muita gente, também na Universidade, significa que, quando a coisa não está fácil de suportar, pode olhar para o crucifixo e falar: bom, tudo bem. Essa é a forma de suportar o que já não está mais sendo suportando. Esse símbolo ajuda algumas pessoas e estamos em uma sociedade democrática. Qual o problema em dizer o que eu penso? Enquanto católico eu não pretendo impor o que eu acho que é verdade, mas eu tenho o direito de dizer o que eu acho que

é verdade. Em princípio todos temos o direito de dizer o que pensamos. A Igreja enquanto Igreja tem direito, até a OAB fala sobre um monte de coisas. Estamos em um Estado democrático em que o cidadão escuta as diferentes opiniões e se convence ou não. Quero dizer, eu não sou contra o aborto porque sou católico, eu sou contra o aborto porque acho que é um crime mesmo. Ah, mas você pensa assim porque é católico? Não, penso assim porque sou um ser humano. Estou realmente convencido disso. Quer dizer, são coisas que não fazem sentido. A colocação posta nesses termos é uma colocação ideológica por parte do Estado. Eu sou a favor de todas as correntes políticas. Não porque eu seja católico, mas porque sou humano e acho que todos devem opinar. Estamos em uma sociedade e não sei qual é a melhor forma. Eu tenho uma idéia sobre isso, então vamos conversar, vamos votar. Bom, e aí? Quem mais for votado, ganha. Essa é a melhor forma? Não. Essa é a forma de uma convivência sem traumas. A política é uma instância que nos permite dialogar, mas em termos políticos eu não sei qual a melhor solução e, seu eu souber qual é a melhor, eu também não posso impor a ninguém. Assim, tal como um livro muito divertido chamado *Como um Romance*, de um escritor francês chamado Daniel Pennac, que fala sobre como animar os alunos a ler, coisa que é desesperadora para qualquer professor. O autor inicia dizendo que, infelizmente, o verbo ler não vai com imperativos. Eu não posso chegar para ninguém e falar: leia! Da mesma forma que eu não posso chegar para alguém e dizer: me ame! Isso é verdade, agora, se você está enxergando, abrace. Se você não está enxergando, sinto muito, lamento. Pense mais um pouco. O Estado não resolveu esse problema. O Estado democrático hoje não sabe se relacionar com o fenômeno religioso. Isso é palpável. E cria armadilhas de discurso e impede a quem tem fé de entrar na esfera pública. Como se o fato de não ter fé fosse fator de legitimidade da esfera pública.